

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 950.430 - SP  
(2016/0182597-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : M D R**  
**ADVOGADO : ELISEU ATAIDE DA SILVA - SP155807**  
**RECORRIDO : V R DE L**  
**RECORRIDO : L B DE L**  
**RECORRIDO : M L R DE O**  
**RECORRIDO : U A DE O**  
**RECORRIDO : G C R DE O**  
**RECORRIDO : A L R DE O A**  
**RECORRIDO : M R DE O**  
**RECORRIDO : J R DE O**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO APÓS O PRAZO LEGAL. APLICAÇÃO DO ART. 219, CAPUT, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO ADMITIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por M. D. R., com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 418):

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ADOÇÃO PÓS-MORTE. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DOS FALECIDOS ADOTANTES. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela inexistência de manifestação de vontade de adotar, em vida, por parte dos supostos adotantes falecidos, reconhecendo a impossibilidade jurídica do pedido, diante da ausência de requisito do art. 42, § 6º, do ECA. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

3. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige a demonstração da similitude fática entre os acórdãos confrontados.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 440/445).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 451/494), sustenta a recorrente afronta aos artigos 226 e 227 da Constituição Federal.

A certidão de fl. 500 atesta que V. R de L. e outros estão sem representação nos autos.

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido por manifesta intempestividade.

Extrai-se dos autos que o acórdão recorrido foi considerado publicado em 2/9/2019, segunda-feira (certidão de fl. 499). Dessarte, a contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 3/9/2019 (terça-feira) e encerrou-se em 23/9/2019 (segunda-feira), computados apenas os dias úteis, nos termos do artigo 219, *caput*, do Código de Processo Civil.

Ocorre, porém, que o apelo extremo somente foi protocolado em 24/9/2019 (terça-feira), sendo, portanto, intempestivo.

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente